



2024

V.17

História da Historiografia

International Journal of Theory
and History of Historiography



ISSN 1983-9928



Sociedade Brasileira
de Teoria e História da
Historiografia



UNIRIO



UFOP



Editorial

E

Editorial





O fim do Qualis – periódicos da CAPES

The end of Qualis periodicals, from Capes

Rebeca Gontijo

rebecagontijo@ufrj.br

<https://orcid.org/0000-0002-7192-6869> 

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Seropédica/RJ, Brasil.



Em 1998, a CAPES criou o Qualis, um sistema de classificação dos periódicos utilizados pelos pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação para publicar seus estudos. O objetivo era e ainda é avaliar os programas de pós-graduação e um dos quesitos é a produção científica / intelectual dos docentes. Com o tempo, o Qualis passou a ser utilizado por universidades e outras agências de fomento como um guia para a pontuação dos currículos.

As revistas eram e ainda são consideradas como os principais meios de divulgação do conhecimento nos países que mais investem em ciência. Portanto, a verificação da qualidade da produção acadêmica era realizada de forma indireta, não aferindo o valor dos artigos, mas dos veículos que os colocavam em circulação. Esse procedimento obedecia aos parâmetros definidos pelo Institute for Scientific Information (ISI), instituição norte-americana criada em 1960, que estabeleceu métodos de indexação da produção acadêmica e construiu uma das mais abrangentes e seletas bases de dados científicos do mundo.

A principal ferramenta proposta pelo ISI é o cálculo do fator de impacto, que gera o índice de citação de um periódico em uma escala de oito estratos (A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C), em ordem decrescente, sendo o maior definido como A1 (fator de impacto igual ou superior a 3,800). A aplicação dessa metodologia exigia que o número de periódicos no mais alto estrato fosse sempre inferior ao de revistas classificadas nos demais estratos, garantindo uma estrutura piramidal, hierárquica, supostamente capaz de espelhar as práticas de produção e difusão do conhecimento do campo científico. Prevalcia a ideia de que as melhores revistas eram aquelas em que é mais difícil ter um artigo aceito e que, por isso, possuem o mais alto fator de impacto. O índice bibliométrico seria usado para traduzir algo que a pesquisa sociológica identificaria como maior ou menor prestígio acadêmico, regido por duas síndromes: a do “publique ou pereça” e a do “seja citado ou desapareça” (ver MIRANDA e PEREIRA, 1996).

Desde o início, o Qualis gerou muitas críticas e preocupações. Em 2009, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou matéria cujo título era alarmante: “Ranking coloca revistas científica brasileiras em ‘risco de extinção’” (ESCOBAR, 2009). O medo era a concorrência com periódicos estrangeiros, considerando a baixa qualidade dos nacionais. No entanto, a mesma matéria atestou o “espantoso aumento” de 56% da produção científica brasileira em 2008, possível em grande parte graças à ampliação do número de revistas nacionais indexadas no prestigioso ISI, um sinal de que os periódicos brasileiros não eram tão ruins assim.

Uma reclamação comum dizia respeito ao uso do fator de impacto para indicar a frequência com que um trabalho é citado. Desde o início, o problema da repercussão do artigo estava colocado, mas a avaliação dos programas de pós-graduação tinha outros quesitos a verificar e a



classificação dos periódicos parecia servir, sobretudo, para limitar o conjunto da produção a ser classificada, além de focalizar o meio mais acessível para pesquisadores e leitores, considerando o acesso aberto das revistas que prevalece no Brasil.

No triênio 2007-2009, o Novo Qualis passou a classificar as revistas quanto ao âmbito de circulação (local, nacional, internacional) e qualidade (A, B, C), considerando distintos aspectos que a comunidade acadêmica, com suas diversas áreas de especialidade, definia como importantes, e mantendo parâmetros bibliométricos. Logo depois desse primeiro período de aplicação do Qualis, alguns editores já pregavam a necessidade de extingui-lo, supondo que sua importância como medida inicial de aferição da qualidade da pós-graduação já esgotara a validade. Afinal, o crescimento da produção científica brasileira extrapolara os limites da métrica utilizada, que perdera seu poder de diferenciar os programas. Mas o Qualis continuou a ser aplicado.

O Relatório de Avaliação Quadrienal de 2017 informou sobre a adoção de quatro critérios na avaliação dos periódicos: a) parâmetros bibliométricos; b) bases de dados relevantes; c) bases de dados qualificadoras e d) práticas qualificadoras. O critério destacado como o mais importante era o primeiro, que considerava quatro índices bibliométricos internacionais: o JCR, o SRJ, o H-Index Scimago e o H-Index do Google Scholar, tidos como os mais relevantes naquele momento. Já as práticas qualificadoras do periódico, foram limitadas apenas duas: a publicação em inglês e a adoção do DOI (Digital Object Identifier), um código em formato de *link* atribuído a um arquivo digital, que permite localizá-lo *online*.

Em 2019, uma nova metodologia foi proposta para substituir o Qualis por Área pelo Qualis Referência ou Qualis Unificado, que atribuiu uma única classificação ao periódico, que é aquela indicada pela área que predomina nas publicações (a "área mãe"). Além de igualar a quantidade de estratos A e B (A1, A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C), tornando a pirâmide mais horizontal, o novo método manteve a consideração dos indexadores relevantes, supondo que esses possuem pré-requisitos capazes de indicar a qualidade do periódico. A quantidade de indexadores passou a ser contada como meio de classificação inicial do periódico. Quanto mais indexadores qualificados, melhor seria a revista. A divulgação dessa nova proposta de modo extraoficial no meio do quadriênio gerou certa confusão e foi seguida por vários órgãos da Diretoria de Avaliação da CAPES (ver <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/metodologia-do-qualis-referencia-quadrienio-2017-2020>).

Na avaliação 2017-2020, o Colégio de Humanidades da CAPES optou por utilizar o índice h, do Google Scholar, criado para medir a produtividade e o impacto de um pesquisador, considerando seus artigos mais citados. É um modo de classificar a produção científica, sobretudo nas áreas em que há uma cultura consolidada de publicações em revistas indexadas,



acompanhada pela prática de citação de artigos. Os aspectos adotados pela área de História na avaliação de periódicos foram: a adoção do índice h, considerando o intervalo de dez anos (h10); o uso do software *Publish or Perish* para extrair dados do *Google Scholar*; a expansão da base de periódicos, nomeada pela CAPES como *Universo*, obtida por meio de indexadores escolhidos pela área; a divisão preliminar dos periódicos em função do idioma, da subárea e da localização geográfica; a aplicação de critérios de ajustes, permitindo à área subir ou descer de 10% a 20% dos periódicos em dois níveis do Qualis.

Desde então, o impacto da aplicação do índice h nas publicações da área de História tem sido objeto de reflexão (ver SOUSA, 2023, disponível em <https://zenodo.org/records/10208093>). Mateus Henrique de Faria Pereira, por exemplo, apontou o paradoxo de aplicar uma ferramenta bibliométrica em um ambiente intelectual no qual se observa a “dependência acadêmica”, relacionada a uma geopolítica de conhecimento, que considera o norte global como centro produtor de teorias e o sul como a periferia, lugar de recolhimento de dados e aplicação dos resultados (PEREIRA, 2018). O fato é que esse índice não foi criado para comparar as publicações de pesquisadores de disciplinas diferentes, porque o volume de citações varia de acordo com o tamanho de cada comunidade de pesquisadores. Além disso, há distintas práticas de publicação conforme a área, com as Humanidades preferindo os livros autorais e coletâneas. Por fim, trata-se de um índice que pode ser manipulado por meio de autocitações (MARQUES, 2013).

Por tudo isso, o foco no periódico tornou-se, mais uma vez, alvo de críticas. Surgiram várias propostas de reformulação, desde não usar métricas como o fator de impacto para medida da qualidade de artigos individuais (*Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa*, 2011); passando por não adotar os números como prioridade (HICKS et al., *Manifesto de Leiden*, 2015); até afirmar que as métricas dizem pouco sobre os pesquisadores, o rigor e a relevância de suas pesquisas (MOHER et al., *Princípios de Hong Kong para avaliação de pesquisadores*, 2019).

Em 2024, a CAPES anunciou o fim do Qualis periódicos a partir de 2025. Como foi dito, desde o início da implantação do sistema, as mudanças nos procedimentos sempre foram percebidas com alguma desconfiança pela comunidade acadêmica. A adoção de métodos de classificação que produzem um *ranking* de periódicos e tem um peso significativo na avaliação dos programas de pós-graduação gerou reclamações sobre a classificação atribuída a essa ou aquela revista; sobre a não inclusão de algum veículo; ou a respeito da discrepância das classificações de um mesmo periódico por áreas distintas. Além disso, algumas áreas temiam que o Qualis pudesse induzir à busca por revistas estrangeiras mais bem ranqueadas, em detrimento das nacionais, prevendo-se a redução da quantidade de periódicos brasileiros, algo que não ocorreu na área de História. Um mapeamento realizado por Marcos Eduardo Sousa indica que, no fim de 2021, havia



168 revistas de História citadas, observando-se o crescimento à taxa de mais ou menos 10% no quadriênio entre 2017 e 2020 (SOUSA, 2024).

O fim do Qualis periódicos coloca o desafio de criar um modelo confiável de avaliação dos programas de pós-graduação, que tem como um dos principais quesitos a produção dos pesquisadores (ver Schmidt, 2024). O impacto dessa mudança para os periódicos brasileiros, cujas práticas editoriais foram aperfeiçoadas mediante o estímulo do sistema de classificação da CAPES, ainda não está claro. A ideia é substituir o Qualis por uma classificação com foco nos artigos e não nos periódicos, mediante a adoção de três procedimentos de avaliação, que poderão ser combinados ou priorizados de acordo com a perspectiva de cada área de conhecimento: 1) os indicadores bibliométricos da revista em que o artigo foi publicado e suas citações; 2) os elementos quantitativos do artigo, como índices de citação e indicadores alternativos ou altimétricos, como menções em sites e redes sociais, número de *downloads*, critérios associados à qualidade do periódico em que o texto foi publicado, tais como acesso aberto, relevância nacional e indexadores; 3) a avaliação qualitativa de cada artigo, que deve considerar sua contribuição científica e impacto teórico. Ocorrerá, portanto, uma ampliação dos quesitos e procedimentos e a metodologia poderá variar, a princípio, de acordo com as escolhas de cada área. Os dois primeiros procedimentos orientarão a classificação dos artigos em oito níveis, enquanto o terceiro atribuirá conceitos em uma escala que inclui muito bom, bom, regular, fraco e insuficiente. Ver Ofício da DAV/CAPES 46/2024, disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior/oficios-ctc-es/14102024SEI_2470019_Oficio_Circular_46_resumoCTC_232.pdf.

De acordo com Antônio Gomes de Souza Filho, diretor de avaliação da CAPES, trata-se de uma mudança conceitual, cujo foco será a qualidade do artigo e não somente o desempenho bibliométrico da revista científica na qual ele foi publicado (ver SOUZA FILHO apud SCHMIDT, 2024). Prevalece a suposição de que, se o artigo for bom, será citado, não importando tanto ou não apenas o periódico em que foi publicado. Além disso, acredita-se que as revistas de referência no Brasil poderão ser mais atraentes para os pesquisadores, por não cobrar ou por oferecer taxas menores de publicação do que as melhores revistas no exterior. Busca-se, com isso, valorizar os periódicos brasileiros, que carecem de financiamento público e assistência editorial especializada para manter seu funcionamento regular.

Ao mesmo tempo, surgiram dúvidas sobre como os procedimentos indicados poderão ser aplicados, considerando que o volume de artigos a ser avaliado é muito superior ao das revistas classificadas pelo Qualis, que não é pequeno. No caso da área de História, dados registrados na Plataforma Sucupira informam que, em 2023, o volume de publicações foi de 10.866, incluindo



livros autorais e coletâneas (4.736), além de artigos (3.260).

Se um *ranking* de periódicos é visto por alguns como algo que só existe no Brasil e que pode ser dispensado (AMARAL, 2023), não se pode esquecer que, para além da avaliação dos programas de pós-graduação, que tinha no Qualis periódicos da CAPES um dos seus quesitos mais importantes, o processo de validação da produção acadêmica passa pelo trabalho dos editores e dos pareceristas selecionados para tal fim. Os periódicos são responsáveis pela análise e divulgação de uma parte da produção dos pesquisadores que, na área de História, não é a mais significativa, considerando o maior volume de capítulos e livros registrados no coleta anual. De todo modo, é a única parte que é obrigatoriamente submetida à leitura e avaliação direta por pares, que emitem pareceres sobre os artigos. A qualidade dos pareceres varia, mas a meta é contribuir para a revisão do texto submetido. Há editoras cujos conselhos editoriais também avaliam os livros, mas a caixa preta dos periódicos segue certas regras comuns, como a avaliação duplo cega, parcialmente cega ou aberta, e produz registros de suas atividades que, mesmo não sendo 100% públicos, existem e, ao menos em parte, podem ser transformados em metadados divulgáveis. Além disso, as regras para submissão de artigos são publicizadas e regularmente revistas, de modo a contribuir para que autores e pareceristas possam apresentar o melhor trabalho possível.

Avaliar artigos é um trabalho lento, difícil, não remunerado, ao menos no Brasil, oculto em grande parte, visto que prevalece a avaliação cega por pares na área de História, e, muitas vezes, não reconhecido institucionalmente como um encargo, o mesmo ocorrendo com a atividade editorial. Ambas são pouco valorizadas pelos pares e pelas agências de fomento à pesquisa, visto que a tarefa de avaliar artigos e elaborar pareceres não é sequer identificada como uma produção bibliográfica, uma das atividades que os pesquisadores realizam e da qual dependem para publicar e, antes disso, para aperfeiçoar ou revisar seus trabalhos. A emissão de pareceres está entre as produções técnicas, de menor prestígio quando comparadas à elaboração de artigos, que são justamente submetidos à avaliação pelos pares que produzem os pareceres.

A alternativa para o problema que é avaliar um grande volume de publicações parece ser atribuir aos programas de pós-graduação a escolha dos produtos bibliográficos de maior impacto, estabelecendo como número máximo as cinco publicações mais relevantes do seu corpo docente, alguns dos quais com mais de 20 pesquisadores. Não deixa de ser um modo de compartilhar a responsabilidade pela avaliação com os pares, atribuindo ao grupo que será avaliado a escolha daquilo que considera mais importante ou representativo em um dado momento. E cada programa deverá se ocupar de definir e justificar os critérios de sua escolha, sobretudo perante seus colegas autores, talvez orientando-se pelo aprendizado adquirido após anos de avaliação guiada pelo Qualis periódicos e pela política da área, que no caso da História, sempre valorizou livros autorais



em detrimento das coletâneas, vistas com certa desconfiança, e, nos últimos 26 anos, incentivou a publicação em periódicos de altos estratos.

A revista *História da Historiografia* (HH) teve o seu primeiro número publicado em 2008, mesmo ano em que a CAPES implantou o Novo Qualis periódicos. Inicialmente classificada como Qualis B2, em 2010, a revista foi identificada como Qualis A1 em 2013 e assim permaneceu desde então.

Pensada como um periódico especializado em teoria da história e história da historiografia, a revista acompanhou a expansão, diversificação e internacionalização dessa subárea. O editorial do volume 2, número 4, de 2010, sinalizou que a verticalização das revistas seria o próximo passo a ser dado, algo que ocorreu em certa medida. Entre os periódicos que primeiro sinalizaram a existência de especialidades de pesquisa histórica no Brasil estão a revista *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, especializada em história da saúde pública e das ciências biomédicas no Brasil, publicada desde 1993; e a revista de *História Oral*, publicada desde 1998. A maioria das revistas da área de História continua a ser generalista, optando por publicar artigos de todas as especialidades de pesquisa, mas algumas revistas temáticas surgiram, tais como a *Revista de Teoria da História* [rth] (2009); a *Tempo e Argumento* (2009), dedicada à história do tempo presente; a *Almanack* (2011), especializada em história da formação dos Estados nacionais, entre os séculos XVIII e XIX. Outros periódicos evidenciam a expansão de subáreas como história antiga e medieval, tais como: *Jesus Histórico*; *NEARCO – Revista Eletrônica de Antiguidade e Medievo*; *Alétheia – Estudos sobre Antiguidade e Medievo*; *Mythos – Revista de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval* etc.

Os periódicos são um importante meio de observação das tendências das áreas e subáreas de conhecimento. Ao longo das últimas duas décadas, suas práticas editoriais foram aperfeiçoadas e contribuíram para a formação de editores, pareceristas e autores. Submeter um artigo à leitura crítica dos pares, efetuar a revisão e ter o texto publicado ou rejeitado é uma experiência formativa, em grande medida. Os periódicos também contribuem para manter e tornar visíveis as comunidades de pesquisadores, habituadas à necessidade de divulgar seus estudos para os pares, público-alvo desses veículos. Nem por isso essa atividade editorial deixou de ser amadora, considerando as dificuldades de financiamento, produção e as práticas do campo. Somos professores(as) e alunos(as) pesquisadores(as) atuando como editores(as). É um estranho caso que combina profissionalismo com amadorismo no trabalho editorial.

Para registrar alguns números dessa equipe, o presente volume da *HH* contém 38 artigos, escritos por 43 autores. Foram avaliados por um total de 93 pareceristas *ad hoc*, envolvendo a mediação de doze editores executivos. Outros doze avaliadores foram convidados, mas recusaram



a tarefa. Também inclui dois dossiês, sendo que um deles tem dois e, o outro, um organizador. E contou com o trabalho de três assistentes editoriais, uma das quais se dedica exclusivamente à divulgação; uma tradutora e equipes da editora responsável pela diagramação e marcação XML dos textos. Por fim, contou com a ajuda de duas diagramadoras *free lancers*. A todos e todas, muito obrigado(a). Também agradecemos ao imprescindível apoio financeiro da FAPEMIG, da SBTHH, da UFOP e da UNIRIO.

Referências

AMARAL, Olavo. O novo ranking Qualis, ou o retorno da múmia. **Nexo**, 14/02/2023. Disponível em 18/12/2024: <https://www.nexojornal.com.br/o-novo-ranking-qualis-ou-o-retorno-da-mumia>

Declaração de São Francisco sobre Avaliação da Pesquisa, 2011. Disponível em 18/12/2024: <https://sfdora.org/read/read-the-declaration-portugues-brasileiro/>

Diretória de Avaliação / CAPES. **Documento técnico do Qualis Periódicos**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/avaliacao-quadrinial-2017/DocumentotcnicoQualisPeridicosfinal.pdf>

ESCOBAR, Hector. Ranking coloca revistas científicas brasileiras em “risco de extinção”. **O Estado de São Paulo**, 06/07/2009. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/emails/ranking-coloca-revistas-cientificas-brasileiras-em-risco-de-extincao/?srsltid=AfmBOoo3V6u8O9dxtKCgqvzVX5K3GbfraJ2wjWkwL2gW8CXay5-DoNL>

HICKS, Diana; WOUTERS, Paul; WALTMAN, Ludo; RIJCKE, Sarah de; RAFOLS, Ismael. Leiden Manifesto for Research Metrics. **Nature**, v. 520, p. 429-431, 2015. Tradução em português disponível em: 18/12/2024: <https://www.abcd.usp.br/iniciativas/bibliometria-e-indicadores-cientificos/manifesto-leiden/>

MARQUES, Fabrício. Os limites do índice h. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, edição 207, maio de 2013, p. 35-39. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-limites-do-indice-h/>.

MIRANDA, Dely Bezerra de e PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão da literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, 1996, p. 375-382. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/636>.

MOHER, David; BOUTER Lex; KLEINERT, Sabine; GLASZIOU, Paul; SHAM, Mai Har; BARBOUR, Virgínia; CORIAT. Amme-Marie; FOEGER, Nicole e DIRNAGL, Ulrich. **Princípios de Hong Kong para a avaliação de pesquisadores: provendo a integridade em pesquisa**, 16/07/2020. Disponível em 18/12/2024: <https://www.wcrif.org/downloads/main-website/hong-kong-principles/127-hkp-translation-portuguese/file#:~:text=Apresentamos%20cinco%20princ%C3%ADpios%3A%20pr%C3%AIticas%20de,a%20pesquisa%20e%20atividade%20acad%C3%AAmica>.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Do produtivismo ao bibliometrismo? O futuro da **História da Historiografia** no meio do redemoinho. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 36, p. 13-21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v14i36.1860>.

SCHMIDT, Sarah. Qualis-periódicos será substituído por classificação com foco nos artigos. **Cientometria – Indicadores**, **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, 26/10/2024. Disponível em 18/12/2024: <https://revistapesquisa.fapesp.br/qualis-periodicos-sera-substituido-por-classificacao-com-foco-nos-artigos/#:~:text=O%20Qualis%2Dperi%C3%B3dicos%2C%20sistema%20de,2025%20a%202028%2C%20a%20ser>

SOUSA, Marcos Eduardo. Dados preliminares de impacto na alteração da base temporal do índice h (Google Scholar) e critérios de ajustes para periódicos de História: elementos para a discussão sobre a avaliação de periódicos do quadriênio 2021-2024, 2023. **Zenodo**. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10208093>



SOUSA, Marcos Eduardo. Qualis periódicos e área de História 2017-2020: síntese e apontamentos, 2024. **Zenodo**. Disponível em 18/12/2024: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13221525>

Informações adicionais

Biografia profissional:

Professora do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde também atua no Programa de Pós-Graduação em História e no PROFHISTÓRIA. Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Autora de O velho vaqueano. Capistrano de Abreu: memória, historiografia e escrita de si (7Letras, 2013) e Manoel Bomfim e O Brasil na história (FGV, 2024). Atua na área de história da historiografia brasileira.

Endereço para correspondência:

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, campus Seropédica, BR 465, km 7, s/n, CEP 23890-000, Seropédica, RJ, Brasil.

Financiamento:

Não se aplica.

Conflito de interesse:

Nenhum conflito de interesse foi declarado.

Aprovação no comitê de ética:

Não se aplica.

Modalidade de avaliação

Não avaliado.

Preprint

O artigo não é um preprint.

Editores responsáveis

Não se aplica.

Direitos autorais

Copyright © 2024 Rebeca Gontijo



Licença

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).

